



**PBPC**  
ISSN 2674-9432



**Qualis A3**  
CAPES 2021-2024



DOI - Crossref

Latindex

Indexado no  
Google Acadêmico

# JUVENTUDES RURAIS, COMUNICAÇÃO POPULAR E AGROECOLOGIA: RESSIGNIFICAÇÃO DE NARRATIVAS NO CAMPO MIDIÁTICO

Silvio Gleisson Bezerra, Jorge Schirmer de Mattos



<https://doi.org/10.36557/2674-9432.2026v5n3p1779-1793>

Artigo recebido em 20 de Março e publicado em 22 de Maio de 2026

## **ARTIGO ORIGINAL**

### **RESUMO**

Com este artigo, objetivamos colaborar com o debate transdisciplinar da Agroecologia, no qual se insere a atuação política das juventudes rurais pelo viés da comunicação popular, a fim de pluralizar as vozes de um campo marcado por disputas políticas, sociais e simbólicas frente ao patriarcalismo, à colonização das mentes e às profundas desigualdades sociais, que encontram na Agroecologia caminhos para a superação do paradigma de exploração e exclusão pelo capital agrário. Tais lutas, pautadas pelo viés da participação popular e do diálogo, possibilitam ressignificar discursos e valorizar práticas agroecológicas locais, à medida que viabilizam espaços de crítica a uma comunicação midiática alinhada aos interesses econômicos das elites agrárias locais e nacionais e que pouco reverbera, em seus conteúdos, as demandas dos povos do campo. Sob o viés metodológico da pesquisa bibliográfica, buscamos repercutir, no plano teórico, como as juventudes rurais, atravessadas por relações de classe, gênero, geração e território, ressignificam saberes tradicionais, modos de vida, a partir de práticas voltadas à produção de narrativas agroecológicas no campo midiático. Nesse sentido, concluímos que a articulação entre a Agroecologia e a comunicação popular constitui um campo político-pedagógico estratégico para a construção de formas de autonomia e de diálogos que estimulem processos de transição não apenas nos modos de produção agrícola, mas também nas formas de comunicação midiática popular, pautadas por práticas mais participativas e plurais.

**Palavras-chave:** Juventudes Rurais; Agroecologia; Comunicação Popular.



# RURAL YOUTH, POPULAR COMMUNICATION, AND AGROECOLOGY: REINTERPRETING NARRATIVES IN THE MEDIA FIELD

## ABSTRACT

With this article, we aim to contribute to the transdisciplinary debate on Agroecology, within which the political action of rural youth is situated through the perspective of popular communication, in order to pluralize the voices of a countryside marked by political, social, and symbolic disputes in the face of patriarchy, the colonization of minds, and profound social inequalities, which find in Agroecology pathways to overcome the paradigm of exploitation and exclusion imposed by agrarian capital. Such struggles, grounded in popular participation and dialogue, make it possible to resignify discourses and value local agroecological practices, while also enabling spaces for criticism of media communication aligned with the economic interests of local and national agrarian elites, whose content seldom reflects the demands of rural peoples. From the methodological perspective of bibliographical research, we seek to discuss, on a theoretical level, how rural youth, shaped by relations of class, gender, generation, and territory, resignify traditional knowledge and ways of life through practices aimed at producing agroecological narratives within the media field. In this sense, we conclude that the articulation between Agroecology and popular communication constitutes a strategic political-pedagogical field for the construction of forms of autonomy and dialogue that encourage processes of transition not only in agricultural production methods, but also in forms of popular media communication guided by more participatory and plural practices.

**Keywords: Rural Youth; Agroecology; Popular Communication.**

### Instituição afiliada –

Silvio Gleisson Bezerra

Doutorando em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial/UFRPE

Universidade Federal Rural de Pernambuco

silvio.gleisson@ufrpe.br

Jorge Schirmer de Mattos

Professor do Doutorado em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial/UFRPE

Universidade Federal Rural de Pernambuco

E-mail: jorge.mattos@ufrpe.br

**Autor correspondente:** Silvio Gleisson Bezerra

This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).





## **1 INTRODUÇÃO**

Em um contexto rural brasileiro historicamente marcado pela hegemonia do capital agrário, as populações do campo têm sido submetidas a processos contínuos de expropriação territorial, precarização do trabalho e invisibilização política, econômica, social e cultural. No âmbito do debate sobre a sucessão geracional na agricultura familiar como estratégia de manutenção dessa forma de produção (Carneiro, 2007), as juventudes rurais emergem como sujeitos centrais na continuidade do trabalho familiar, inserindo-se em um campo de disputas em torno de projetos de justiça social para as populações rurais, a partir do tensionamento de estruturas historicamente consolidadas.

A atuação dessas juventudes, atravessada por questões de classe, gênero, geração, identidade, condições materiais de permanência e elementos subjetivos ligados à valorização do território, condicionam experiências, expectativas e interesses que pautam os processos de mobilização coletiva, trazendo para o debate o tema da limitação da autonomia decisória dos(as) jovens nos âmbitos familiar, comunitário e no campo da cidadania em virtude da ausência de políticas públicas específicas para esse segmento da população rural. Assim, as juventudes rurais são chamadas a participar do campo de disputas simbólicas e materiais, a fim de buscar a melhoria de suas condições concretas de vida, engajando-se em processos de luta por transformações que rompam com o paradigma social historicamente marcado por desigualdades e hierarquizações de direitos (Castro et al., 2017). Tais elementos configuram desafios estruturais que incidem sobre a participação dos(as) jovens nos espaços de representação política e, conseqüentemente, sobre suas trajetórias e perspectivas de vida.

Nesse contexto, a Agroecologia, compreendida como ciência, prática social e movimento político, afirma-se como um campo contra-hegemônico capaz de articular processos de resistência e de construção de autonomias, tanto no produzir sob o viés da justiça social e do respeito ao meio ambiente, quanto no pensar que fomenta a crítica ao modelo de exploração do capital agrário, a fim de "[...] reintegrar uma racionalidade ecológica à produção agrícola, e em fazer ajustes mais abrangentes na agricultura convencional, para torná-la ambiental, social e economicamente viável e compatível" (Altieri, 2004, p. 20).



Ancorada em metodologias participativas e dialógicas, baseadas nos sentidos de uma comunicação horizontal, a Agroecologia reconhece os povos tradicionais e originários como coparticipantes na criação, construção coletiva do conhecimento, multiplicação, transmissão de saberes e ressignificação do trabalho produtivo da agricultura familiar e das atividades reprodutivas, em direção à superação das relações patriarcais historicamente estabelecidas no campo (Caporal; Costabeber. Paulus, 2009).

Tendo o protagonismo dos(as) agricultores(as) como elemento central na construção de formas de autonomia, a Agroecologia fundamenta-se em aspectos técnico-produtivos da agricultura camponesa, orientados pelo respeito aos processos ecológicos, pela promoção de um desenvolvimento sustentável ancorado no modo de produção camponês e pela fortalecimento da organização do campesinato para o enfrentamento das condições históricas de marginalização econômica, social, política e cultural, por meio de ações emancipatórias que impulsionem as lutas por ecojustiça (Siliprandi, 2015).

É nesse horizonte que se insere a comunicação popular como instrumento político de produção e circulação de sentidos agroecológicos, por meio da expressão de vozes historicamente silenciadas, a fim de gerar condições para a construção de narrativas contra-hegemônicas capazes de produzir as tensões necessárias acerca das condições de vida das populações camponesas e do papel de uma mídia dominante, frequentemente alinhada aos interesses do capital agrário e pouco sensível a essas demandas.

À luz dessas discussões, partimos da hipótese de que a participação das juventudes rurais como agentes centrais de mudança em processos comunicacionais baseados na participação coletiva potencializa a ressignificação de narrativas no campo midiático, pelo viés de uma comunicação produzida pelo povo e para o povo, contribuindo para o fortalecimento, a promoção e o compartilhamento de experiências exitosas ancoradas em modos de vida agroecológicos. Pressupomos, ainda, que o entendimento coletivo acerca da comunicação popular como estratégia política no âmbito da Agroecologia, viabiliza a crítica ao modelo de desenvolvimento agrícola hegemônico, ao mesmo tempo em que joga luzes sobre as formas de invisibilidade das demandas dos povos rurais nas mídias convencionais pela ampliação de novos espaços de representação.



Diante disso, tem-se como objetivo analisar o papel das juventudes rurais como agentes políticos e comunicacionais na resignificação de narrativas no campo midiático, no contexto da Agroecologia. Buscamos, ainda, compreender como esses processos, ancorados em práticas participativas, contribuem para a crítica ao modelo de desenvolvimento agrícola hegemônico e para a ampliação das formas de visibilidade e representação das demandas dos povos do campo, tendo como pano de fundo as interfaces entre a Agroecologia e a comunicação popular.

Desse modo, apresentamos na primeira seção deste artigo, o referencial teórico, organizado em dois eixos complementares. Na primeira parte, discutimos as juventudes rurais a partir das relações de poder que atravessam o campo, refletindo sobre desafios estruturais associados a questões como a sucessão geracional, as desigualdades de gênero, as dinâmicas familiares e as limitações no acesso a políticas públicas, e como tais aspectos influenciam na condição de protagonismo comunicacional dos(as) jovens do campo. Em seguida, abordamos a Agroecologia como um campo de construção de alternativas contra-hegemônicas, destacando seu potencial político-pedagógico na promoção de formas de autonomia, resistência e produção de sentidos que dialogam com a produção de narrativas midiáticas na comunicação popular. Na última seção, nas considerações finais, sistematizamos os principais achados e discutimos as implicações do estudo para o fortalecimento de formas de comunicação protagonizadas pelas juventudes rurais nos contextos agroecológicos.

## **2 JUVENTUDES RURAIS, RELAÇÕES DE PODER E DESAFIOS ESTRUTURAIS NO CAMPO**

Compreender as questões que envolvem as juventudes rurais no contexto contemporâneo do campo brasileiro exige considerá-las como um segmento inserido em estruturas sociais historicamente marcadas por hierarquias de classe, gênero, geração e lugar de vivências, “[...] de onde se vê e se experimenta o mundo [...]” (Wanderley, 2011, p. 4), e que também se configura como “[...] o lugar de onde olham o mundo, podendo diferenciá-los de outros grupos juvenis” (Nunes da Silva, 2017, p. 212).

Ao mesmo tempo, essas juventudes vivenciam contextos rurais permeados por questões que envolvem a expropriação de seus territórios e a subordinação do trabalho camponês às dinâmicas do grande capital. Nesse cenário, longe de ocuparem uma posição passiva, os(as) jovens do campo constroem formas de resistência por meio de



sua participação nas lutas dos movimentos sociais, à medida que ressignificam suas identidades e seus papéis enquanto sujeitos políticos (Schwendler; Vieira; Amaral, 2018).

Assim, a atuação política das juventudes perpassa o desafio de afirmação no âmbito familiar, onde se organizam as dinâmicas e as tomadas de decisão do trabalho produtivo e reprodutivo, ampliando-se para o reconhecimento pela comunidade, por meio da participação nas associações, coletivos e movimentos sociais, até alcançar espaços institucionais do Estado, como conselhos, conferências e políticas públicas voltadas às juventudes rurais. A incidência desses jovens nesses espaços plurais implica, porém, num percurso desafiador para que constituam e busquem sua afirmação como sujeitos autônomos no núcleo familiar e singulares no âmbito das instituições da sociedade, tanto rural como urbana, pois

No interior desses núcleos, caracterizados pelo modelo de família patriarcal, a participação do/a jovem na produção é quase sempre invisibilizada. Essa invisibilidade deve ser considerada tanto no interior da família (impedindo que os programas sociais voltados para estas famílias não considerem o jovem, mas a unidade de produção familiar como uma coletividade), quanto nas instituições voltadas para juventude (que, via de regra consideram, especificamente, a juventude urbana, em seus programas e projetos) (Nunes da Silva, 2017, p. 212).

De fato, a questão dos conflitos intergeracionais apresenta-se como um dos desafios para as juventudes rurais e para o futuro da agricultura familiar camponesa, tendo em vista a diversidade de interesses e perspectivas entre pais e filhos(as). Questões como o papel centralizador da figura paterna, enquanto responsável pelas decisões que dizem respeito à família e à propriedade rural; a resistência às inovações propostas pelos(as) filhos(as); a dependência financeira destes(as), que os(as) impossibilita de empreender seus próprios projetos de vida; e, por fim, a falta de participação nas decisões que lhes dizem respeito (Strapasolas, 2011) constituem-se como aspectos basilares para o debate sobre a sucessão na agricultura familiar e, conseqüentemente, sobre o futuro desse modelo produtivo.

A família desempenha, para os(as) jovens, um papel central na organização do trabalho produtivo e reprodutivo da unidade familiar, estruturada por relações de gênero, na qual o poder patriarcal coloca o homem como figura central de autoridade na tomada de decisões. Esse elemento estruturante das desigualdades internas às famílias camponesas limita a autonomia juvenil, principalmente a feminina, acirra os conflitos



intergeracionais e invisibiliza o trabalho dos(as) jovens, dificultando a sucessão geracional.

Nesse modelo, o controle da propriedade permanece sob a autoridade paterna, concentrando-se também o gerenciamento dos recursos e as decisões relativas à produção, o que relega às mulheres e aos(as) jovens papéis secundários nas atividades, como o cuidado da casa e o auxílio nas tarefas agrícolas. Esse tipo de autoridade manifesta-se ainda por meio da vigilância e do controle sobre os jovens, sobretudo as mulheres, ultrapassando os limites do espaço rural ao estender-se a outros ambientes de socialização, como a comunidade e a escola (Castro, 2009).

Ademais, uma mudança de paradigma no enfrentamento ao patriarcalismo no campo passa pela tomada de consciência crítica das juventudes rurais acerca de sua condição social e política, em especial das jovens, historicamente submetidas a diversas formas de opressão. A inserção das juventudes, sobretudo femininas, nas lutas políticas e nas experiências coletivas protagonizadas pelos movimentos sociais do campo tem se constituído como um caminho para a construção de formas de autonomia, reconhecimento e participação ativa nas decisões familiares e comunitárias, ampliadas para instâncias políticas estatais. Portanto, o ativismo político acaba por influenciar práticas de ressignificação das relações de gênero, poder e trabalho no rural. A partir desse entendimento, ressaltamos que:

A inserção das/dos jovens nos movimentos sociais do campo e na organização das mulheres camponesas tem contribuído para a construção das categorias “juventude camponesa” e “jovem camponesa”. A busca pelo reconhecimento e pela visibilidade do trabalho desenvolvido historicamente pelas mulheres, assim como a conquista de direitos através da organização das mulheres camponesas, em movimentos autônomos ou mistos, têm tido um significativo impacto nas gerações mais jovens, que ressignificam o ser mulher camponesa (Schwendler; Vieira; Amaral, 2018, p. 259).

A própria posição do(a) jovem rural, frequentemente compreendido(a) como alguém em fase de transição, sobretudo no que se refere à assunção de responsabilidades, carrega o peso de uma condição de submissão em diferentes esferas, como a família, o trabalho e a escola, em um contexto marcado por condições sociais e econômicas precarizadas (Castro, 2005). Nesse cenário, os(as) jovens enfrentam tanto barreiras materiais quanto a desvalorização simbólica de seus papéis políticos nos processos decisórios nos espaços que fazem parte.



Acrescenta-se a esse contexto a falta de efetividade das ações do aparato estatal, por meio de políticas públicas pensadas especificamente às juventudes rurais, o que gera, como consequências, assimetrias relacionadas às condições de oferta de serviços públicos nas comunidades, tais como saúde, educação, transporte, cultura e tecnologias digitais, como o acesso à internet, consolidando formas de exclusão.

A superação das formas de invisibilidade pressupõe a criação de mecanismos capazes de garantir a inserção das juventudes rurais nos processos decisórios nas diversas esferas de participação política, processo que se inicia no âmbito familiar, por meio da contraposição ao modelo patriarcal das famílias, e se estende às esferas institucionais da política, com a implementação, por exemplo, de cotas para a representação das juventudes em conselhos, câmaras municipais e outras instâncias de diálogo com a sociedade. Diante disso, a implementação de políticas públicas efetivas passa pelo fortalecimento de espaços de discussão que possibilitem a participação substantiva desse segmento da sociedade. Logo,

Para muitos jovens, *viver no mundo rural*, hoje, significa enfrentar barreiras para sua autonomia e suas possibilidades de escolha. Ou seja, as possibilidades reais de escolarização, acesso à terra e à renda, muito valorizados como caminhos para a construção de autonomia, são desafios de um acesso ainda limitado às políticas públicas passíveis de atender às suas demandas (Castro, et al. 2017, p. 295, grifo da autora).

As barreiras materiais e simbólicas trazem em seu bojo impactos sobre as formas de autonomia voltadas à construção de projetos de vida para os(as) jovens, pelas restrições à participação política em diversas instâncias e, conseqüentemente, a invisibilização das suas vozes (Nunes da Silva, 2017). É nesse contexto que a Agroecologia se apresenta como um paradigma científico contra-hegemônico e como forma de resistência à exploração social dos povos camponeses e ao comprometimento dos recursos naturais para as futuras gerações, por meio da valorização da pluralidade das vozes rurais incluindo as juvenis, em contraponto ao discurso monotemático que busca legitimar as práticas do capital agrário (Caporal, 2009). Portanto, as juventudes rurais emergem como protagonistas nas lutas por transformação social, por meio das críticas que objetivam tensionar e colocar em xeque as práticas produtivas baseadas nas monoculturas e reprodutivas que fomentam as relações sociais desiguais, as desigualdades de gênero e a negação do exercício da cidadania.

Nesse cenário, a construção de formas de atuação juvenis vai beber nas fontes



das experiências coletivas, nos saberes tradicionais, nas práticas de participação essencialmente democráticas e dialógicas. Ao mesmo tempo em que enfrentam os desafios sociais impostos pelo contexto de dominação, as juventudes rurais passam a elaborar estratégias de resistência e produção de sentidos para as narrativas cotidianas que se materializam em conteúdos midiáticos pelo viés da comunicação popular, configurando-a como um espaço de disputa por visibilidade e afirmação de identidades e demandas das populações do campo.

### **3 JUVENTUDES RURAIS, AGROECOLOGIA E CONSTRUÇÃO DE ALTERNATIVAS CONTRA-HEGEMÔNICAS**

A questão da sucessão geracional e a permanência das juventudes rurais no campo, constituem-se como aspectos que condicionam a continuidade da agricultura familiar, especialmente a de base agroecológica (Tonezer; Corona; Ceratti, 2022).

Nesse cenário, a relação entre as juventudes rurais e a Agroecologia se configura como um ponto de partida para processos contínuos de ruptura com o modelo hegemônico do capital no campo. Inseridas em contextos de desigualdade social, as juventudes rurais encontram na Agroecologia um campo de resistência, autonomia, criação, colaboração e solidariedade, sustentado pelos saberes que encontram nas práticas de comunicação e educação popular, possibilidades de afirmação como pessoas com direitos.

O fortalecimento das múltiplas formas de expressão das identidades e dos laços comunitários que sustentam os modos de vida das comunidades rurais, encontra na Agroecologia um alicerce sólido. Por essa razão, a proposição de um modelo produtivo alternativo, mais inclusivo, sustentável e socialmente justo, fomenta uma mudança de paradigma baseada em pedagogias participativas, solidárias e democráticas, orientadas pela valorização do *nós*, ao invés do *eu*, contrapondo-se à lógica individualista do capitalismo (grifo nosso). Nessa linha, destacamos que:

Essa noção de bem comum, pode ser entendida como um ponto fundamental para trazer a temática ambiental para o centro da pauta política das juventudes rurais, aglutinando-as em torno de propostas formativas e práticas (organizativas e produtivas) que caracterizam seu diálogo com a agroecologia (Nunes da Silva, 2017, p. 215).



À vista disso, a Agroecologia estimula a revisão crítica dos padrões das relações entre sociedade e meio ambiente, compreendidas de forma interconectada e sistêmica. Nesse cenário, os(as) jovens do campo fortalecem os elos entre o passado e o presente, ressignificando os modos de vida comunitários como alternativa às condições de dependência e exploração social às quais estão submetidos(as). Sob esse prisma, as juventudes se apresentam como agentes ecológicos na defesa da sustentabilidade dos ecossistemas naturais, para além da perspectiva de um rural sistematicamente classificado como "atrasado" e restrito ao viés da produtividade agrícola, ao mesmo tempo em que demanda a valorização e o fortalecimento das identidades juvenis capazes de construir e visibilizar um rural dinâmico, com possibilidades de vida e de exercício do trabalho que se constroem em contínua interlocução com um contexto social mais amplo (Nunes da Silva, 2017).

Desse modo, o diálogo das juventudes rurais com a Agroecologia vai além da produção orgânica em si, baseando-se também nos processos de tomada de consciência coletiva que se contrapõem às formas de dominação e de exploração econômica e às estratégias de imposição cultural de cima para baixo, pelo viés das relações sociais comunitárias e de suas próprias formas de experiência com o território e seus ecossistemas. Compreendidos como parte de um todo, esses elementos compõem “[...] uma imensa teia, na qual, sem dúvida, as juventudes rurais são fortes nós” (Nunes da Silva, 2017, p. 214).

Ademais, a falta de perspectiva das juventudes diante dos desafios que comprometem a permanência no campo, ampara-se na visão enviesada de um segmento tratado como homogêneo, e que ignora as diferentes formas de pertencimento, identidades e significados dados a essa categoria social. Nessa perspectiva, a compreensão dos sentidos atribuídos às experiências das juventudes rurais, tem nas formas de organização do território, meios para a realização das diversas existências do campesinato para além de um campo visto pela perspectiva econômica do agronegócio (Fernandes, 2006), perpassado pelo reconhecimento de demandas sociais específicas dos(as) jovens, e pela elaboração coletiva de estratégias voltadas às transformações sociais efetivas.

Na condição de invisibilizados(as) na unidade familiar e na comunidade que integram, os(as) jovens permanecem, muitas vezes, sem voz ativa nas decisões que



afetam suas expectativas de vida. A falta de protagonismo político e a escassez de oportunidades, especialmente no âmbito da educação profissional, fomentam o interesse pela migração das comunidades rurais para grandes centros urbanos ou para as sedes administrativas de pequenos municípios, a fim de acessar serviços públicos indisponíveis nas áreas rurais. Por isso,

A juventude do campo é constantemente associada ao problema da “migração do campo para a cidade”. Contudo, “ficar” ou “sair” do meio rural envolve múltiplas questões em que a categoria jovem é construída e seus significados, disputados. A própria imagem de um jovem desinteressado pelo campo contribui para a invisibilidade da categoria como formadora de identidades sociais e, portanto, de demandas sociais (Castro, 2012, p. 441, grifo da autora).

A valorização dos saberes tradicionais pelas juventudes rurais cada vez mais engajadas e participativas nos movimentos de resistência dos povos tradicionais e originários, servem como base para a experiências sociais e, desse modo, “[...] formam um complexo entendimento sobre as estruturas naturais e suas relações e dinâmicas ecológicas sempre incertas e em constante transformação” (Toledo; Barrera-Bassols, 2015, p. 139) Portanto, os saberes tradicionais funcionam como elementos de continuidade histórica dos povos rurais, ressignificados pela mediação dos(as) jovens.

A transferência desses saberes como patrimônio imaterial, com seus sentidos históricos e socioculturais, aliada à busca por melhores condições de vida nos territórios, tem as juventudes rurais como seus principais agentes (Strapasolas, 2011). Herdeiros(as) desses saberes e atores sociais das experiências comunitárias que propõem a transformação da realidade na qual estão inseridos(as), protagonizam um novo projeto político para o rural, ao mesmo tempo em que incorporam relações mais solidárias nos territórios e mais sustentáveis com o meio ambiente. Ao passo que estabelecem diálogos horizontais entre si e com diferentes segmentos sociais, para além do território onde vivem, promovem interações entre tradições e inovações, manifestadas, por exemplo, na adoção de novas tecnologias, especialmente as de comunicação digital, enquanto instrumentos de produção de suas narrativas.

Nesse contexto, os(as) jovens têm se tornado multiplicadores(as) nos processos de transição agroecológica, ressignificando a relação com a natureza, rompendo com a lógica da monocultura patriarcal e colonizadora do capital agrário. O diálogo transdisciplinar entre saberes tradicionais e as práticas juvenis no campo agroecológico



fortalece a construção de uma práxis transformadora, favorecendo soluções voltadas à sustentabilidade ambiental, à valorização das culturas locais e o reconhecimento de práticas ancestrais (Nascimento; Marques, 2025).

Ademais, vale enfatizar que a existência de diversas experiências protagonizadas pelos movimentos sociais do campo têm buscado alternativas para que as juventudes rurais brasileiras possam ressignificar seus papéis no contexto contemporâneo do meio rural. Com uma maior presença da participação das juventudes nas questões sociais que dizem respeito às comunidades rurais, demandas desse segmento, como o direito ao trabalho e à renda, sucessão geracional da unidade agrícola familiar, educação do campo, sexualidade, gênero, entre outras, foram incorporadas às pautas de diversas organizações, reconhecendo-se a importância da inserção dos(as) jovens rurais nessas lutas. Sob esse viés, destaca-se a criação de instâncias internas e grupos de trabalho voltados às juventudes em entidades como a Associação Nacional de Agroecologia (ANA), a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF) e organizações como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Pastoral da Juventude (PJR) (França; Kempfer, 2005; Castro et al., 2017).

Das quatro Conferências Nacionais de Juventude (2008, 2011, 2015 e 2023), a Agroecologia apareceu com maior destaque apenas na terceira e na quarta edições, articulada a temas como inclusão produtiva, diversificação da produção, combate ao uso de agrotóxicos, saúde e direito à alimentação saudável. Embora também tenha sido mencionada na segunda conferência, sua abordagem esteve relacionada apenas ao tema da educação. Da mesma forma, a juventude passou a ocupar espaço no Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica desde sua primeira versão, em 2013, e nas edições posteriores, de 2016 e 2024 (Castro et al., 2017; MDA, 2024).

Jovens de diferentes regiões do Brasil, reunidos em Recife-PE, indicaram que a Agroecologia, a educação do campo, o acesso à terra e aos recursos naturais, o acesso às políticas públicas e a geração de renda constituem fatores favoráveis à permanência da juventude no campo. Em contrapartida, o preconceito, expresso por meio do machismo, da homofobia e da discriminação em relação ao meio rural, a invisibilidade do trabalho juvenil, o avanço do agronegócio e o uso de agrotóxicos foram apontados como fatores que contribuem para a expulsão dos(as) jovens rurais de seus territórios de origem



(Brito, 2020). Além disso, desde 2007, registra-se a participação ativa de jovens vinculados(as) ao MST na articulação de coletivos de sementes nativas na Paraíba e em projetos de produção de mudas (Pacheco, 2016).

Assim, os(as) jovens têm participado das linhas de frente da Agroecologia no Brasil, especialmente por meio de ações de educação e de comunicação popular, a partir de processos formativos coletivos, com o compartilhamento de conhecimentos em oficinas, cursos, rodas de diálogo, encontros, seminários, conferências e assembleias, além da criação de conteúdos informativos em diversos formatos que potencializam a circulação de narrativas do e no campo mais plurais.

Ao utilizarem os meios de comunicação concebidos como “[...] instrumentos para uma educação popular, como alimentadores de um processo educativo transformador” (Peruzzo, 2008, p. 369), por meio de uma variedade de suportes midiáticos, como o rádio, o audiovisual e o impresso, as juventudes seguem fortalecendo redes de colaboração entre as comunidades, ampliando a luta por direitos para além de seus territórios. Portanto, tais ações constituem meios estratégicos pelos quais os(as) jovens rurais têm ampliado sua participação política, construído redes de socialização e multiplicando experiências que produzem sentidos sobre os territórios, organizadas em torno da Agroecologia. Nessa perspectiva,

As numerosas e diversificadas experiências, bem como as pesquisas que vêm se multiplicando nas últimas décadas, estão impregnadas de uma tríplice convicção: o reconhecimento do jovem rural em sua individualidade, como sujeito de direitos, que corresponde a sua situação específica; a afirmação da importância dessa parcela da população do campo para a própria vitalidade das comunidades rurais, no momento presente; a percepção de que são os jovens, hoje em processo de formação, que construirão o mundo rural de amanhã (Wanderley, 2011, p. 6).

Em síntese, trata-se de valorizar, transmitir e ressignificar os saberes tradicionais como parte dos modos de vida dos povos das comunidades rurais por suas juventudes, compreendidas como categoria relacional, histórica e plural, atravessadas por relações de classe, gênero, geração e território, trilhando novos caminhos que possibilitem superar as formas de exploração social. Nesse processo, os(as) jovens se encontram e encontram na Agroecologia e na comunicação popular um campo de resistência, produção de sentidos, construção de autonomia e transformação social.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**



Ocupar posições nos processos de resistência social no campo constitui-se como um dos principais desafios para as juventudes rurais, à medida que se envolvem na articulação de mudanças de paradigma nas práticas produtivas e nas ações políticas e simbólicas que tensionam o modelo hegemônico do agronegócio, buscando construir e consolidar formas de ação coletiva que incidam sobre as dinâmicas sociais, culturais e econômicas dos territórios em que estão inseridos(as).

A partir dos diálogos entre os saberes ancestrais das comunidades e os conhecimentos técnicos do paradigma agroecológico, constroem-se projetos político-pedagógicos para um novo rural, capaz de fomentar a autonomia dos(as) agricultores(as) e promover a justiça social baseada na sustentabilidade ambiental.

Nesse contexto, a Agroecologia afirma-se como alternativa capaz de fomentar processos de autonomia, justiça social e sustentabilidade ambiental, pelo estímulo à pluralidade das vozes silenciadas, especialmente as juvenis. Tal articulação amplia as possibilidades de transformação nos modos de produção agrícola, desdobrando-se também nas disputas de sentidos, por meio da valorização das narrativas, dos saberes, das histórias e das tradições dos povos camponeses.

Valorizar o protagonismo juvenil implica reconhecer as juventudes rurais como categoria relacional, histórica e plural, atravessada por relações de classe, gênero, geração e território. Nesse sentido, a Agroecologia emerge como campo de resistência, produção de sentidos e transformação social, no qual sujeitos políticos e ecológicos constroem coletivamente novos caminhos para a transformação da realidade.

Em síntese, no entrecruzamento das práticas comunicativas materializadas no campo das mídias, em seus diferentes suportes, como o rádio, o audiovisual, o impresso e a internet, com as formas de valorização das histórias e dos saberes dos povos rurais, as juventudes afirmam-se como agentes político-comunicacionais. Dessa forma, a articulação entre Agroecologia e comunicação popular constitui um campo voltado à mobilização social pela defesa de alternativas contra-hegemônicas, possibilitando a diversificação de fontes e vozes com narrativas mais plurais, participativas e alinhadas com a realidade das populações rurais. Ao fortalecer processos de diálogo, formação e organização coletiva, essa interface contribui para a consolidação de novos horizontes de transformação social no meio rural brasileiro.



## 5 REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

BRASIL. Cadernos de propostas. **Conferência Nacional da Juventude**, 4, Brasília: SNJ 2023. Reconstruir no presente, construir o futuro: desenvolvimento, direitos, participação e bem viver, 83 p.

BRITO, S. **Juventudes apostam na agroecologia, articulação e comunicação para resistência**. Sabiá, 2020. Disponível em: <<https://goo.gl/z1iKff>>. Acesso em: 16 mai. 2026.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J.A.; PAULUS, G. **Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável**. In: CAPORAL, F. R. (org.); COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. **Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade**. Brasília: 2009. 111 p.

CARNEIRO, M.J. Juventude e nivas mentalidades no cenário rural. In: **Juventude rural em perspectiva**. CARNEIRO, M.J.; CASTRO, E.G. (org.). Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 53-66.

CASTRO, E. G.; FERREIRA, A.T.; SERRADOURDA, R.N.; CARVALHO, E. Juventude e agroecologia: a construção de uma agenda política e a experiência do PLANAPO. In: **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável / organizadores: Regina Helena Rosa Sambuichi ... [et al.]**. – Brasília : Ipea, 2017.

CASTRO, E. G. **Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político**. Revista Latinoamericana de ciências Sociais, niñez e juventude. v. 7, n. 1, p. 179-208, 2009.

\_\_\_\_\_. Juventude do campo. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (org.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012, p. 439-446.

DIEGO, V. **Encontro Territorial de Juventude e Agroecologia: Fortalecendo Territórios Agroecológicos**. Rio Formoso: Sabiá, 2024. Disponível em: <https://centrosabia.org.br/2024/08/28/encontro-territorial-de-juventude-e-agroecologia-fortalecendo-territorios-agroecologicos/>. Acesso em: 16 mai. 2026.

FRANÇA, C.G.; KEMPFER, F. Apresentação. In: WEISHEIMER, N. **Juventudes rurais: mapa de estudos recentes**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005. 76 p. (Estudos Nead, 7).

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2006.



MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. **Portaria Interministerial MDA/SG PR/MAPA/MDS/MMA/MS/MCTI nº 7, de 2 de outubro de 2024**. Institui o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica -Planapo, para o período 2024-2027. Diário Oficial da União, 18/10/2024, Edição 203, Seção 1., Pág.16.

NASCIMENTO, M. S.; MARQUES, J. D. O. Agroecologia, saberes ancestrais e juventude rural: práticas intergeracionais de manejo sustentável do solo em comunidades do campo. **Revista Eletrônica Interdisciplinar**, Matinhos, v. 18, n. 1, p. 1–19, 2025.

NUNES SILVA, J. Juventudes rurais e agroecologia: um diálogo imprescindível. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 2, p. 208-226, maio/ago. 2017.

PACHECO, I. **Juventude aposta em agroecologia como modelo de produção nos territórios da reforma agrária**. Uma iniciativa que tem como objetivos, discutir os problemas enfrentados pela juventude camponesa, debater ideias e lutar por direitos. MST, 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/KIRV9R>>. Acesso em: 16 mai. 2026.

PERUZZO, C. **Comunicação nos movimentos populares**. Petrópolis: Vozes, 2008.

SCHWENDLER, S. F.; VIEIRA, C. R.; AMARAL, M. R. Relações de trabalho, gênero e geração das jovens camponesas em assentamentos de reforma agrária. **Mediações – Revista de Ciências Sociais**, Londrina, PR, v. 23, n. 3, p. 248-275, set./dez. 2018.

STROPASOLAS, V. L. Os desafios da sucessão geracional na agricultura familiar. In: **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**. Rio de Janeiro: AS-PTA, v. 8, n. 1, p. 26-29, mar. 2011.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e Agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

TOLEDO, V. M.; BARRERA-BASSOLS, N. **A memória biocultural: a importância ecológica das sabedorias tradicionais**. Tradução de Rosa L. Peralta. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

TONEZER, C.; CORONA, H. M. P.; CERATTI, E. R. R. **Juventude rural: desafios e possibilidades de reprodução social da agricultura familiar**. Santa Cruz Sul: Redes, p. 1-18, 2022.

WANDERLEY, M. N. B. **Juventude rural e projetos de vida**. Recife: UFPE, 2011.